

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DE ROMA

Responsável: **Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming**
Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

CORNELL, T.J. – *The Beginnings of Rome. Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 BC)*. London and New York: Routledge (Routledge History of the Ancient World), 2001. Cap. 1 Introduction: The Evidence: 1-30.

1 INTRODUÇÃO: A EVIDÊNCIA

Usualmente os livros sobre o mundo antigo começam com uma consideração sobre a evidência. Mas, uma vez que, para muitos períodos da história antiga, um breve catálogo das principais fontes normalmente é insuficiente, algo mais se requer em um livro sobre o início da história de Roma. A credibilidade das fontes escritas e a relevância e a interpretação do material arqueológico são tão controversas e levantam questões tão complexas, que considerações mais extensas são exigidas. Discussões sobre problemas particulares ocorrerão na maior parte do livro, mas é importante começar com um esboço geral dos vários tipos de evidência, e definir e defender a maneira como serão abordados nos capítulos seguintes.

1. Relatos históricos

A mais importante evidência para o início da história de Roma vem das fontes literárias – isto é, livros escritos durante o período clássico e publicados na forma de manuscritos. Copiados e recopiados, primeiro como manuscritos e depois em edições impressas, esses textos foram preservados através da Idade Média até os tempos modernos. Estudiosos algumas vezes utilizam o termo coletivo “tradição literária” para abarcar a massa de dados contidos em textos antigos e representar o que os romanos do final da República e do período imperial sabiam, ou pensavam saber, sobre o próprio passado. Este é um rótulo conveniente, mas é importante não exagerar a consistência e uniformidade do que realmente é um corpus de material variado e frequentemente fragmentado.

Os textos mais importantes são obras completas devotadas especificamente ao passado remoto de Roma. Estes podem ser divididos em dois grupos: o dos historiadores, que produziram narrativas cronológicas, e o dos chamados antiquários, que coletaram informação sobre o passado de todas as formas, tanto sistematicamente quanto ao acaso, e por todos os tipos de motivos – e, algumas vezes, suspeita-se, sem motivo algum. Esses indivíduos excêntricos são difíceis de caracterizar, mas compartilhavam uma erudição apaixonada e muitas vezes obsessiva e, definitivamente, não eram historiadores. Segundo um estudo recente, um antiquário pode ser definido como “o tipo de homem que está interessado em fatos históricos sem estar interessado em história”.¹

Os primeiros historiadores cujos textos podemos ainda ler viveram no primeiro século a.C. O mais legível deles, e de longe a fonte sobrevivente mais importante para a história inicial de Roma, é **Lívio**. Titus Livius (59 a.C. – 17 d.C.), um próspero *gentleman* de Patavium (Pádua), foi quase contemporâneo exato do imperador Augusto (63 a.C. – 14 d.C.). Sua história de Roma, *Da Fundação da Cidade (ab urbe condita)*, começou a aparecer no início da década de 20 a.C. e, quando completa, no final de sua vida, ocupava

¹ A. Momigliano, *The Classical Foundations of Modern Historiography* (Berkeley 1990), 54.

não menos que 142 livros. Somente trinta e cinco deles ainda sobrevivem, mas incluem os primeiros dez livros, cobrindo o período das origens até 293 a.C. O primeiro livro trata dos reis, os quatro seguintes tratam do início da República até o saque gaulês (390 a.C.), e os cinco restantes, do século depois do saque até a Terceira Guerra Samnita.

A segunda maior fonte narrativa, que deveria ser lida lado a lado com Lívio, é o trabalho de seu contemporâneo grego **Dionísio de Halicarnasso**, um estudioso e retórico que viveu em Roma sob Augusto. Seu *Antiguidades Romanas*, que começou a surgir em 7 a.C., cobre o período das origens a 264 a.C. em vinte livros, mas possuímos o texto completo somente dos primeiros onze, recuando a história para 443 a.C., e pequenos excertos do restante. Dionísio, assim, deu mais espaço ao período mais antigo do que Lívio; seu primeiro livro trata da pré-história da Itália, seguido por três sobre os reis, e os oito seguintes sobre, mais ou menos, os primeiros sessenta anos da República.

As narrativas de Lívio e de Dionísio contam basicamente a mesma história e estão frequentemente em estreito acordo no que se refere a detalhes. Isto provavelmente se deve ao uso de fontes comuns mais do que à utilização direta de Lívio por Dionísio (o inverso pode ser excluído por motivos cronológicos). Ninguém nunca conseguiu decidir com certeza se os dois homens conheciam-se pessoalmente, ou mesmo se conheciam o trabalho um do outro. É certo, de qualquer modo, que seus objetivos, métodos e abordagem diferiam amplamente, mas trabalharam sobre o mesmo material e seus relatos complementam um ao outro.

Lívio e Dionísio constituem as principais fontes narrativas para o período a partir de 443 a.C., depois do qual Lívio permanece como a única. Mas eles podem ser complementados por outros relatos que cobrem em parte ou tudo do mesmo tema. Um dos mais importantes, ao menos pela reputação de seu autor, é o trabalho *Sobre a República (de republica)* de **Cícero** (106-43 a.C.), o orador e político que também era a figura intelectual de destaque de sua geração. Cícero nunca chegou a escrever a história de Roma que algumas vezes pretendeu, mas ele oferece uma breve avaliação do desenvolvimento inicial do seu sistema político no segundo livro da *de republica* (44 a.C.), um trabalho em forma de diálogo sobre teoria política. O único manuscrito, que foi descoberto em 1820, está danificado, e existem algumas lacunas irritantes; por outro lado, o esboço dos primórdios da história de Roma de Cícero, cobrindo os reis e o início da República até a metade do quinto século a.C., é a mais antiga narrativa contínua que possuímos.

Outro texto importante sobre aproximadamente o mesmo período (provavelmente publicado nos anos 30 a.C.) é a parte sobrevivente da história universal do escritor grego **Diodoro Sículo**. O texto integralmente preservado dos livros 11 a 20 cobre o período de 486 a 302 a.C., e inclui os nomes dos magistrados romanos para cada ano, e informa sobre outros eventos romanos em alguns anos. Um ou dois episódios (por exemplo, o Decenvirato e o saque gaulês) são tratados detalhadamente. Se todas as referências a Roma forem extraídas do texto de Diodoro, o resultado é um relato na forma de crônica que apresenta diferenças significativas de todas as outras fontes e às quais os estudiosos atribuíram grande importância. Essa avaliação baseia-se na assunção de que Diodoro era pouco mais do que um compilador, e que suas notícias sobre a história de Roma baseavam-se exclusivamente no relato de um analista anterior. Mas os estudiosos estão agora menos certos sobre isto do que alguma vez estiveram, e a idéia de Diodoro como uma mera nulidade foi enfraquecida em um importante estudo de Kenneth Sacks.²

Durante o Império, a história antiga da cidade deixou de ser uma preocupação maior para historiadores sérios; aqueles autores que escreveram sobre o período mais antigo são principalmente escritores assalariados e compiladores que se baseavam exclusivamente em Lívio, agora firmemente estabelecido como o relato padrão. Por essa razão, narrativas

² K. Sacks, *Diodorus Siculus and the First Century* (Princeton, 1990).

sobreviventes do período arcaico de autores como Flórus, Eutrópio e Orósio são de pouco valor para nosso propósito. Mas ao menos um historiador realmente tentou escrever um relato independente de toda a história de Roma. Foi **Dione Cássio**, um escritor grego (e também um senador e cônsul romano) que atuou nos primeiros anos do terceiro século d.C. Seu relato do período das Guerras Púnicas, que ocupava dez livros, não sobreviveu, mas possuímos fragmentos substanciais dele assim como um bem fiel resumo elaborado por um monge bizantino do século XII chamado **Zonaras**. O trabalho de Dión parece ter se baseado em fontes republicanas e aparenta ser parcialmente independente de Lívio e de Dionísio de Halicarnasso. Ele frequentemente fornece detalhes que não estão em outras fontes.

Um relato ininterrupto que contém muita informação histórica relevante, mesmo se não é uma narrativa estritamente histórica, é a *Geografia* de **Estrabão** (c. 63 a.C. – 21 d.C.), um trabalho em dezessete livros falando de todo o mundo conhecido. O livro 5, sobre a Itália, contém algumas seções extremamente importantes sobre a história inicial de Roma, Lácio e Etrúria a partir de fontes bem informadas.

A última fonte narrativa importante é **Plutarco** (c. 46-120 d.C.), o biógrafo grego cuja famosa *Vidas Paralelas* inclui muitas que pertencem ao nosso período, como Rômulo, Numa, Públicola, Coriolano, Camilo e Pirro. Plutarco é importante porque leu vorazmente e fielmente reportou o que encontrou em uma ampla variedade de fontes. Baseou-se pesadamente em Lívio e (especialmente) em Dionísio de Halicarnasso, mas também fornece muita informação adicional não contida nos relatos deles, incluindo material recôndito adquirido de antiquários e outros (as Vidas de Rômulo e de Numa são especialmente valiosas a este respeito). A Vida de Pirro é um texto-chave, uma vez que se refere ao período de 293 a 264, para o qual não possuímos nem Dionísio nem Lívio; na verdade, é a fonte principal para o período de Pirro.

Além desses relatos ininterruptos, também contamos com importantes referências dos primórdios de Roma nos trabalhos de historiadores de outros períodos; dois que merecem menção particular são **Políbio** e **Tácito**. Políbio (c. 210-131 d.C.) foi um historiador grego que escreveu um relato do nascimento do Império Romano na época das Guerras Púnicas. Seu texto é um século mais antigo que qualquer relato ininterrupto sobrevivente do período arcaico, o que faz dele uma fonte especialmente importante nessas passagens onde se refere, via digressões, ao passado remoto de Roma. Seu relato das primeiras desavenças entre Roma e Cartago (3.22-5) proporciona informação inestimável sobre documentos sobre os quais seríamos, caso contrário, totalmente ignorantes, e seu relato sobre os gauleses e suas guerras contra Roma (2.14-20) é a evidência mais confiável que temos sobre este importante acontecimento. Podemos apenas lamentar a perda da chamada *archaeologia* – a digressão em 6 livros que fornecia uma avaliação da história mais antiga de Roma até cerca de 450 a.C.

Conelius Tacitus (c. 56-120 d.C.), o historiador do Principado Romano, inclui um número de digressões bem informadas sobre Roma arcaica, particularmente sobre as origens das instituições e sobre questões topográficas.

2. As fontes de nossas fontes: relatos históricos perdidos

As fontes históricas nos proporcionam uma clara estrutura narrativa, uma cronologia bem estabelecida e uma grande quantidade de informação substantiva. O problema é que foram escritas séculos depois dos eventos que descrevem, o que inevitavelmente levanta a questão de quão históricas elas realmente são. O primeiro passo óbvio é indagar onde esses historiadores obtiveram suas informações.

Quais são as fontes de nossas fontes? Preliminarmente, esta questão pode ser facilmente respondida. Os historiadores romanos, como regra geral, não realizavam

pesquisa original; diversamente dos antiquários, não tentavam descobrir fatos novos sobre o passado, mas sim apresentar os fatos aceitos de uma nova forma. Seus objetivos eram retóricos, artísticos, políticos e morais. A maior parte se satisfazia em pegar suas informações dos trabalhos de seus antecessores, os quais esperavam então eclipsar. Na verdade, a obra-prima de Lívio foi tão bem sucedida nesse ponto que seus predecessores (e rivais) foram rapidamente esquecidos, e seus trabalhos falharam em sobreviver. Dionísio estava razoavelmente isolado desse processo porque seu texto era em grego, e pode não ter sofrido com a comparação com Lívio entre os muitos falantes do grego habitantes do Império Romano que nunca aprenderam latim.

É bem sabido que Lívio e Dionísio confiaram principalmente nos trabalhos de historiadores mais antigos, que, por sua vez, fizeram a mesma coisa. Tem havido muito debate, a maioria deles fútil, sobre os métodos de trabalho de Lívio (e, em menor grau, de Dionísio) e sobre a identidade das fontes que utilizaram em diferentes estágios de suas obras. Esse tipo de análise de fonte (ou *Quellenforschung*, como os alemães a chamam) é de valor duvidoso, contudo, não somente porque faz suposições inverificáveis sobre os métodos de trabalho de Lívio e Dionísio (por exemplo, que seguiram uma fonte por vez), mas também porque não está claro quão útil poderia ser saber que, em certo ponto, Lívio utilizou Valerius Antias e, em outro, Licinius Macer (os dois historiadores do primeiro século que são considerados como sendo as suas principais fontes para os primeiros livros), uma vez que não sabemos praticamente nada sobre esses autores ou seus trabalhos, portanto nomeá-los como fontes não avançaria nosso entendimento sobre o texto de Lívio ou nossa avaliação de sua credibilidade.

Tudo o que sabemos com certeza é que Lívio e Dionísio chegaram ao fim de uma longa linha de historiadores, cada um deles tendo coberto a história da cidade a partir de sua fundação. Essa sucessão de historiadores é convencionalmente conhecida como a “tradição analística”, e os seus praticantes [autores] como “analistas”, porque seguiam um arranjo ano-a-ano e, em muitos casos, chamavam suas obras de *annales* (Lívio e Dionísio não usaram esse título e, portanto, não são considerados analistas, embora adotassem uma estrutura anual). Não é inteiramente certo, contudo, que os primeiros historiadores romanos fossem analistas neste sentido; alguns têm sugerido que o primeiro propriamente analista foi L. Calpúrnio Pisão Frugi, que viveu no tempo dos Gracos, na segunda metade do segundo século a.C.

Seja como for, a tradição historiográfica romana remonta até antes de Pisão. O primeiro romano a escrever a história da cidade foi Q. Fábio Pictor, um senador que viveu na segunda metade do terceiro século a.C. e escreveu provavelmente alguns anos antes de 200 a.C. Ele é uma figura obscura cujo trabalho está representado somente por muitas citações nos autores posteriores, mas sabemos de um fato de importante relevância: escreveu em grego. Isto indica que Fábio estava conscientemente empregando os cânones e métodos da historiografia grega para o passado de Roma. Outros rapidamente seguiram o caminho aberto por Fábio, mas ainda menos se conhece sobre esses do que sobre Fábio. As coisas começam a se tornar claras com o desenvolvimento de escritos históricos em latim. Aqui o papel decisivo foi desempenhado por duas figuras crucialmente importantes: Ênio e Catão.

Quintus Ennius (Ênio, 239-169 a.C.) compôs um poema extremamente original em hexâmetros latinos (o metro épico grego utilizado por Homero), mas com o tema da história do povo romano, desde as andanças de Enéias, depois do saque de Tróia, até seu próprio tempo. O poema, significativamente intitulado *Annales*, possuía pelo menos 30.000 versos, dos quais mais de 600 estão preservados – o suficiente para nos dar uma amostra do original e alguma idéia de como era sua estrutura. Pelo menos seis livros (cerca de 10.000 versos) tratavam do período recuado das Guerras Púnicas. A obra de Ênio tornou-se

um épico nacional, e era extremamente influente em modelar a visão que os romanos tinham do seu próprio passado.

M. Porcius Cato (Catão), o censor (234-148 a.C.), um dos grandes homens de sua época, foi o primeiro a escrever história em prosa latina (nos últimos anos de sua vida). O trabalho resultante, intitulado *Origines (As Origens)*, continha sete livros, o primeiro dos quais tratava das origens do povo romano (*origo populi Romani*). Relatava não apenas as origens remotas da cidade, como também o período dos reis e o início da República, provavelmente a partir de cerca de 450 a.C. Nesse caso, tinha a mesma extensão da *Arqueologia* de Políbio e do segundo livro de *Sobre a República*, de Cícero, o que não é uma coincidência.³ Os dois livros seguintes tratam das origens de todas as outras cidades da Itália. Depois, seguem-se quatro livros de narrativa histórica, começando com a Primeira Guerra Púnica e descrevendo a conquista do Mediterrâneo por Roma à frente de uma Itália unificada. Por volta de 150 fragmentos sobreviveram, fazendo da *Origines* de Catão a mais bem conhecida obra de historiografia republicana antes do tempo de César.

Sabemos ainda menos sobre os vários historiadores que vieram depois de Catão. Dentre este, à parte Pisão (veja acima), os pobremente atestados Cassius Hemina e Gnaeus Gellius, como outros que são pouco mais do que nomes para nós, como Vennonius. Isto nos leva, finalmente, ao primeiro século a.C., e aos predecessores imediatos de Lívio: Valerius Antias, Licinius Macer, Claudius Quadrigarius e Q. Aelius Tubero. Estes foram os analistas por excelência, sobre quem tanto tem sido escrito, mas tão pouco é verdadeiramente conhecido.

A importância desses analistas tardo-republicanos no contexto presente é que são presumivelmente tidos como as fontes principais de Dionísio e como as únicas fontes usadas por Lívio. Consequentemente, a avaliação da confiabilidade de tudo o que lemos em Lívio está vinculada a uma avaliação desses analistas mais antigos. O problema é que esses analistas mais antigos são amplamente considerados como menos escrupulosos do que seus predecessores do segundo século. É dito que eles escreveram mais extensamente sobre o período arcaico bem como suprimam os materiais para essa expansão de suas próprias imaginações. Dessa forma, chegamos ao ponto onde qualquer afirmação em uma de nossas fontes, a não ser que possa ser encontrada em um historiador mais antigo, como Fábio Pictor, Catão ou Pisão, é suspeita, porque pode ser a caprichosa invenção de um desses analistas tardios.

Sempre me pareceu que essa teoria introduz uma complicação desnecessária em uma história que já é complexa. Se é verdade que os analistas tardios escreveram mais extensamente sobre o período inicial do que seus predecessores do século II a.C. (o que não é certo, pelo menos não em todos os casos), isto não significa necessariamente que eles preencheram seus relatos com “fatos” inventados. É muito mais provável que os historiadores mais antigos tenham apresentado uma crônica simples dos eventos anuais, e que os seus sucessores do primeiro século puseram carne nesse esqueleto com elaborações retóricas. Isto, ao menos, é o que Cícero infere, quando critica a maneira insípida dos historiadores mais antigos e lamenta a pobreza de seu estilo literário. Também é possível que os analistas tardios tenham aumentado o estoque de fatos genuínos fazendo novas pesquisas em arquivos que não tinham sido explorados previamente. Sabemos que Licinius Macer fez uso de uma lista de magistrados registrada em rolos de linho guardados no templo de Juno Moneta. Este não foi provavelmente um exemplo isolado.

Seria sensato reconhecer a extensão de nossa ignorância nesses assuntos. Na verdade não sabemos precisamente quais fontes foram usadas por Lívio e Dionísio de Halicarnasso, nem como as usaram. É arbitrário sugerir que Lívio não consultou as obras dos historiadores anteriores, como Fábio Pictor e Calpúrnio Pisão, mas somente os citou de

³ A explicação é que Catão foi a inspiração tanto para Políbio quanto para Cícero.

segunda mão; mas também não é razoável considerar que esses historiadores mais antigos fossem mais honestos e escrupulosos do que os analistas posteriores, cuja confiabilidade não estamos em posição de julgar.

Tudo o que podemos dizer é que Lívio e Dionísio estavam subordinados a uma tradição analítica que retrocedia a cerca de 200 a.C. Dadas as limitações de nosso conhecimento, podemos apenas especular em termos gerais sobre o valor histórico dessa tradição, como é representada por Lívio, Dionísio e os outros relatos sobreviventes. Obviamente faz mais sentido discutir sobre Lívio, que podemos atualmente ler, do que sobre seus predecessores perdidos, que não podemos ler.

Em geral, especulação sobre a competência e integridade de analistas particulares é um subterfúgio, desviando a atenção da questão principal que precisa ser dirigida à tradição analítica como um todo. Como os historiadores romanos, os primeiros dos quais viveram na segunda metade do terceiro século a.C., começaram a construir seus relatos sobre a história inicial da cidade? Onde puderam encontrar evidência sobre eventos que tinham acontecido séculos antes de seu tempo?

Até onde podemos contar, houve essencialmente quatro tipos de material que poderiam estar disponíveis aos mais antigos historiadores romanos: informação relevante nas obras dos historiadores gregos, registros familiares, tradição oral, e documentos e arquivos antigos. Examinaremos estes quatro tipos de evidência um a um.

3. As fontes de nossas fontes: relatos gregos

Historiadores gregos foram uma fonte extremamente importante para Fábio Pictor e seus sucessores. Já no século V os historiadores gregos fizeram menção de Roma em conexão com as viagens de Enéias e Odisseus [Ulisses], mas foi apenas no quarto século que começaram a ter um interesse sério pela cidade como um tópico por si só. Isto foi o resultado do crescimento do poder romano na Itália, que começou a afetar os interesses políticos das cidades gregas na Itália e na Sicília e, mais tarde, das monarquias helenísticas. Nessas circunstâncias era lógico para os historiadores gregos focalizar sua atenção sobre dois aspectos da história romana: as origens remotas da cidade, um tópico que investigaram para descobrir quem eram os romanos e de onde vieram; e o passado mais recente, no qual os negócios de Roma começaram a contrariar os interesses gregos.

O primeiro grande evento a ser relatado pelos escritores gregos foi o saque da cidade pelos gauleses em 390 a.C., mencionado por Theopompus, Aristóteles e Heráclides Pônticus (Plutarco, *Camillus* 22,2-3); posteriormente, Dúris de Samos descreveu a batalha de Sentinum (295 a.C.). Finalmente, a sensacional derrota de Pirro (275 a.C.) desencadeou uma enxurrada de pesquisa histórica em Roma e entre os romanos. Tanto quanto o assunto presente diz respeito, as mais importantes figuras foram Hierônimo de Cárdia e Timeu de Tauromênio, que escreveram relatos sobre a Guerra de Pirro e introduziram seus leitores aos romanos através da descrição das origens da cidade.

Hierônimo (falecido c. 250 a.C.) foi posteriormente reconhecido como a autoridade padrão na história dos sucessores de Alexandre Magno, e foi uma das principais fontes de Plutarco para a Vida de Pirro; Dionísio de Halicarnasso diz que ele também foi o primeiro historiador grego a escrever um relato sobre a *archaeologia* (isto é, a história mais antiga) dos romanos. Timeu (c. 356-260 a.C.), por sua vez, foi o principal historiador dos gregos ocidentais; sua grande obra, em trinta e oito livros, começa com um relato geral, em cinco livros, da história e das instituições dos povos do ocidente mediterrânico. Foi um feito pioneiro que substituiu completamente a curiosidade casual e espasmódica dos primeiros escritores gregos. Foi Timeu quem trouxe Roma para dentro do alcance normal do conhecimento grego, primeiro em sua história geral, depois novamente em uma monografia sobre a Guerra de Pirro.

Os primeiros historiadores romanos podem ter encontrado, nas palavras desses escritores gregos, não somente narrativas sobre o período do final do século IV e início do III, como também discussão detalhada de como Roma foi fundada. Como mostrou Emilio Gabba, isto explica a curiosa forma de ampulheta das primeiras histórias romanas, que incluíam relatos extensos da fundação e de eventos contemporâneos, mas tratavam apenas sumariamente o período entre eles.

Infelizmente, sabemos muito pouco sobre como os historiadores gregos lidavam com a história das origens de Roma e onde encontravam suas informações. Mas parece certo que alguns deles fizeram uso de tradições locais. Por exemplo, a antiga e autóctone história de Rômulo e Remo foi totalmente narrada em fontes gregas antes de Fábio Pictor (Plutarco, *Romulus* 3.1); e sabemos que Timeu associava costumes romanos locais (como o do festival anual do Cavalo de Outubro) à tradição de que eram descendentes dos refugiados troianos (Políbio 12.4b). É incerto o quanto os escritores gregos foram além da fundação da cidade e discorreram sobre eventos de sua história inicial. Parece que Timeu escreveu sobre Servio Túlio (Plínio, *n.h.* 33.43); e pode ser que os historiadores gregos fossem responsáveis por aquelas histórias que atribuíam ampla influência grega no desenvolvimento de Roma – por exemplo, a lenda de que Numa foi um pupilo de Pitágoras, ou que os Tarquínios fossem descendentes de Demaratus de Corinto. É improvável, contudo, que Fábio Pictor tenha encontrado um relato sistemático de todo o período real em qualquer escritor grego, nem mesmo em Timeu; mas, se encontrou, nós ainda teríamos que nos confrontar com o mesmo problema que se pretendia remover – ou seja, em quais fontes primárias foi baseado?

4. As fontes de nossas fontes: tradição familiar

Roma republicana era uma sociedade aristocrática onde o status dependia de uma combinação entre nascimento e realizações. Os nobres romanos procuravam justificar a dominação de sua classe e impulsionar suas pretensões individuais na competição com seus pares celebrando as realizações de seus ancestrais. Nestas circunstâncias, é inevitável que as grandes famílias preservassem um registro de suas realizações passadas e tivessem meios de transmitir a informação para as gerações subsequentes. Parece certo que os primeiros historiadores, eles próprios pertencentes à nobreza, obtiveram informações dessa fonte. O que não sabemos é quão fidedigna era a informação ou como foi transmitida. No final da República, as casas aristocráticas continham retratos dos ancestrais em forma de bustos e tinham árvores genealógicas pintadas nas paredes, com detalhes dos triunfos e dos cargos ocupados por cada ancestral; mas, nessa data, as famílias também estavam patrocinando em larga escala histórias familiares em forma literária. Sabemos que Ático, amigo de Cícero, escreveu uma história dos Junos a pedido de M. Brutus e, em nome de outros amigos, escreveu histórias dos Cláudios Marcelos, Fábios e Emílios.

Se as famílias tinham qualquer evidência documental para sustentar suas alegações, e se a tinham, quão antigas eram, não podemos saber. Que mantinham uma vigorosa tradição oral parece certo, contudo, e é provável que isso fosse bem estabelecido pelo menos já no século IV, quando a elite romana foi inflamada por um *ethos* competitivo. Uma das formas pelas quais a história familiar era publicada e transmitida era a prática de se fazer elogios em funerais, uma cerimônia brilhantemente descrita por Políbio. O funeral era acompanhado, nos conta, pelos parentes do morto usando as máscaras mortuárias de seus ancestrais e vestidos com a roupa condizente ao posto que alcançaram em sua carreiras.

Seguiam todos em carruagens precedidas por faces, machados e outras insígnias pelas quais os diferentes magistrados estão habituados a serem acompanhados, segundo a respectiva dignidade dos cargos estatais ocupados por cada um durante

sua vida; e quando chegam no *rostra*,⁴ todos se sentam em uma fileira de cadeiras de marfim.... Depois, alguém faz a oração sobre o homem a ser cremado, e quando acabou de falar sobre ele, são feitos relatos dos sucessos e dos feitos pelos mortos cujas imagens estão presentes, começando pelo mais velho. Desse modo, com esta constante renovação da boa reputação dos homens bravos, a celebridade dos que realizaram nobres feitos torna-se imortal, enquanto, ao mesmo tempo, a fama daqueles que prestaram bom serviço ao seu país torna-se conhecida pelas pessoas e uma herança para as gerações mais recentes. (Políbio, 6.53.8-54.2)

Muito provavelmente as tradições das famílias aristocráticas tiveram um papel na formação dos relatos narrativos sobreviventes do início de Roma, mas é difícil definir a natureza precisa da influência delas. Os únicos comentários explícitos são os negativos; tanto Cícero (*Brutus* 62) quanto Lívio (8.40.2) nos dizem que os elogios fúnebres distorciam o registro através de falsas alegações. Ambos parecem sugerir que o problema não era que as pessoas estivessem fabricando ancestrais fictícios, mas sim que estavam falsamente reivindicando descendência de grandes homens do passado aos quais não eram, na verdade, relacionadas. Se isso é verdade, a quantidade de dano potencial está reduzida. O contexto da afirmação de Lívio também faz parecer como se o objeto de disputa fosse a identidade de certos magistrados que se incumbiram de determinadas tarefas: qual cônsul – Fábio ou Fúlvio? Ou teria sido o ditador Cornélio? A mesma evidência também sugere que as falsas alegações se relacionavam ao período do final do quarto século.

Uma coisa é certa – e ainda mais notável. As famílias aristocráticas romanas, diferentemente de suas contrapartidas gregas, não se interessavam, como uma regra geral, em inserir seus antepassados em um passado mítico da cidade. Os grandes clãs patrícios, os Cláudios, Sulpícios, Cornélios e Mânlios não tentavam muito reclamar ancestrais entre os companheiros de Enéias ou Rômulo (ou, se reivindicavam, não eram bem-sucedidos); e o papel deles no relato tradicional do período real era mínimo ou inexistente. Algumas famílias, é verdade, ostentavam sua suposta descendência a partir dos filhos de Numa, mas isso era uma transparente ficção de data relativamente tardia, perpetrada por famílias *arrivistas* sem grande distinção.

O resultado dessa discussão é antes inconclusivo. A tradição familiar provavelmente forneceu alguma da informação coletada pelos historiadores romanos mais antigos e pode bem ter originado algumas distorções menores. Mas, em geral, é difícil separar o que as famílias aristocráticas providenciaram a partir da contribuição feita pela tradição oral em um sentido mais amplo, e é para essa categoria mais ampla de tradição oral que devemos nos voltar.

5. As fontes de nossas fontes: tradição oral

Muito do que lemos nas fontes sobreviventes sobre os primórdios de Roma deve ter derivado da tradição oral – isto quer dizer, das histórias passadas a diante verbalmente de uma geração a outra. Este ponto geral pode ser asseverado com alguma confiança, simplesmente por causa da natureza e da forma das próprias histórias. As lendas dos Horácios e dos Curiácios, as narrativas dramáticas de Coriolano, Cincinato e Virginia, e toda a saga de contos ao redor do nascimento e queda dos Tarquínios, possivelmente não podem ter se baseado, em qualquer grande extensão, em evidências documentais; e enquanto alguns elementos podem ter origem na literatura mais recente, a maioria

⁴ *Rostra*: no fórum romano, o palanque onde ocorriam os discursos dos membros da tribuna, assim chamado porque era ornamentado com as proas (*rostra*) dos navios capturados na batalha de Antium, em 338 a.C. Por extensão, qualquer palanque (N. da T. a partir de J. B. Ward-Perkins, *Roman Imperial Architecture*).

certamente antecede a literatura romana mais antiga. Que as famosas lendas dos primórdios de Roma foram transmitidas oralmente não é apenas inerentemente provável, mas virtualmente garantido pela ausência de qualquer outra alternativa séria. Também é suficientemente certo que muitas delas tenham percorrido um longo caminho. O exemplo mais destacado é a própria lenda de fundação; que a história já era bem conhecida no período arcaico é provado pela famosa estátua de bronze da loba, uma obra de arte arcaica que pode ser de antes de 500 a.C.

De forma geral, não há dificuldade acerca disso; seria totalmente irracional negar que grande parte da literatura tradicional baseou-se, no fundo, em material oralmente transmitido. O problema é que mesmo as histórias mais tradicionais podem ser totalmente não-históricas, e estudos comparativos não aumentam a confiança de ninguém na capacidade das tradições orais preservarem a informação histórica sem sérias distorções. O problema só pode ser abordado através do exame de cada história individual em seus próprios méritos, e isto será feito quando necessário no decurso dos capítulos seguintes. Em cada caso deve-se perguntar, primeiro, se existem motivos para considerar uma história como antiga ou como uma invenção relativamente tardia; e, segundo, se existem razões para pensar que possa ser baseada na realidade. Certeza raramente pode ser alcançada; geralmente é uma questão de probabilidade. É importante sempre trabalhar com cuidado e não fazer suposições. O ônus da prova recai tão pesadamente sobre aqueles que desejam negar quanto sobre os que desejam afirmar. Onde não há evidência em nenhum dos lados, o procedimento correto é suspender julgamento. É completamente errado rejeitar a história de (p. ex.) Virgínia como ficção, simplesmente porque não se pode demonstrar basear-se em fatos. Também não se pode demonstrar ser uma ficção.

Uma outra questão maior diz respeito aos modos de transmissão. Histórias podem ser contadas e recontadas em diversos contextos sociais diferentes; a questão é se podemos definir algum mecanismo formal na sociedade romana mais antiga que possa ter facilitado o processo. Este é um tópico que merece atenção mais séria do que a que normalmente recebe, mesmo se existe relativamente pouca evidência segura.

Dois possibilidades deveriam ser seriamente consideradas. A primeira é o drama. Performances dramáticas eram uma representação da vida romana dos tempos mais antigos e estavam associadas aos jogos anuais (*ludi*). Ao menos duas formas desses jogos anuais, os *ludi romani* e os *ludi plebeii*, eram ainda celebrados no século V, e embora as peças literárias mais antigas datem somente de 240 a.C., é provável que performances dramáticas tenham sido instituídas muito antes (Lívio 7.2 sugere que o drama foi introduzido pela primeira vez em 364 a.C., mas mesmo esta data pode ser muito tardia). O fato de existirem termos técnicos que se referem ao teatro, incluindo *scaena* (“palco”), *histrion* (“ator”) e *persona* (“máscara” e, por extensão, “personagem”), que foram emprestados dos etruscos, aponta para uma data mais antiga para a introdução do drama. As peças regularmente encenadas no final da República incluíam as chamadas *fabulae praetextae*, que tratavam de temas históricos romanos. Por exemplo, L. Accius (c. 170-90 a.C.) apresentava peças sobre a deposição dos reis (*Brutus*) e a batalha de Sentinum (*Aeneadae vel Decius*). O mais antigo exemplo conhecido é o *Romulus sive Lupus* (*Rômulo ou o Lobo*), (12) do dramaturgo do terceiro século Cn. Naevius; mas é perfeitamente concebível que dramas mais antigos, encenados sem textos escritos, incluíssem peças históricas.

A segunda possibilidade é a de que havia uma tradição de poesia oral em Roma. Uma teoria bem conhecida, mais famosamente associada ao nome de Barthold Niebuhr (1776-1831), embora tenha sido formulada pela primeira vez no século XVII, sustenta que todas as histórias bem-conhecidas sobre os primórdios de Roma eram derivadas de cantigas ou canções populares que eram executadas nos banquetes. A evidência principal dessa idéia está em Cícero, que não tinha conhecimento de primeira-mão das músicas de banquete, mas havia lido sobre elas nas *Origines* de Catão.

Catão, a mais alta autoridade, estabeleceu em suas Origens que havia o costume, entre nossos ancestrais, de os convidados dos banquetes revezarem-se para cantar, com o acompanhamento da flauta, os feitos e as virtudes dos homens famosos. (Tusc. 4.3 = Catão, *Orig.* VII.13)

Em outra passagem (*Brutus* 75), Cícero torna claro que as canções não mais existiam, e que Catão falara do costume como algo que prevalecia “muitos séculos antes do seu tempo”. Isto pode implicar que, nos dias de Catão, as canções não eram mais tocadas nos banquetes; mas não é necessariamente assim e certamente não significa que Catão não conhecia as canções ou o que continham.⁵ De qualquer modo, o testemunho de Catão, que é independentemente corroborado por Varrão, claramente indica que a tradição das canções de banquete outrora existira em Roma.

O quadro resultante infelizmente é muito teórico e difícil para ser fundamentado em detalhe. Com certeza muitas histórias preservadas na tradição literária foram transmitidas oralmente nos séculos V e IV e, pelo menos algumas delas, foram celebradas em dramas e canções. Isto é conjuntamente muito mais provável do que a alternativa: que as histórias foram conscientemente inventadas depois de a prática de escritos históricos ter sido introduzida no final do século III. Quanto à autenticidade das histórias, os argumentos precedentes são suficientes para demonstrar que eles não deveriam ser dispensados sem maiores cuidados. Houve mais de um meio formal de transmissão oral e não pode haver objeção, em princípio, à sugestão de que as histórias tradicionais podem ter se baseado em fatos.

6. As fontes de nossas fontes: documentos e arquivos

A conclusão acima pode ser, sem dúvida, negativa, ou, pelo menos, sem compromisso. Se isso é o melhor que podemos dizer, não seguiria daí que qualquer tentativa de escrever a história de Roma primitiva será tão inconclusiva que não vale a pena o esforço? Este seria o caso se a tradição oral tivesse sido a única fonte importante disponível aos primeiros historiadores romanos, e se as narrativas que sobreviveram consistissem apenas de uma sucessão de episódios poéticos como os de Horácio, Coriolano e Virgínia. Mas isso não é o que a tradição literária realmente é. De fato, esses episódios poéticos ocorreram apenas esporadicamente no decorrer de uma narrativa muito mais de prosa, predominantemente feita de notícias analísticas de rotina.

O referencial básico está presente em todos os relatos narrados principais e consiste dos nomes dos principais magistrados anuais, os cônsules, listados no início de cada ano, juntamente com outros itens de assuntos públicos que recorrem mais ou menos regularmente através da história da República. Tais itens, que são frequentemente reportados sem qualquer adorno, incluem fundação de colônias, operações militares, triunfos, tratados e alianças com outras cidades e povos, extensões do território romano, garantias de cidadania e a criação de novas tribos rurais, construções de templos e outros trabalhos públicos, legislação, calamidades, secas e escassez de alimento, as mortes de pessoas proeminentes (especialmente sacerdotes), eclipses, prodígios e outros eventos de significado religioso.

O material desta natureza deve ter sido obtido de fontes documentais de natureza arquivística. A única alternativa possível, de que ele seja o produto de invenção fictícia, não pode ser mantida como uma explicação completa para a maior parte das notícias,

⁵ Normalmente se considera que Cícero (*Brutus* 75) dá a entender que as canções caíram em desuso muitos séculos antes do tempo de Catão (...). Eu não estou certo de que foi isto realmente o que Cícero quis dizer; tudo o que podemos deduzir com certeza é que as canções não mais existiam na época de Cícero.

embora possa haver razão para suspeitar da autenticidade de alguns termos individuais. A maioria dos estudiosos aceita a autenticidade da lista consular (os *Fasti*) que recua, numa série contínua, ao início da República. A lista pode ser reconstituída a partir das principais fontes narrativas, que mostram discrepâncias ocasionais de menor importância, mas uma larga medida de concordância geral na identidade e ordem dos nomes. Uma vez que os cônsules eram epônimos – isto é, eles davam seus nomes ao ano e assim proviam um sistema de datação – a prática de registrar os nomes dos homens que detinham a magistratura máxima deve recuar aos exatos primeiros anos da República, e é seguro que listas contínuas foram mantidas na forma escrita.

As estruturas das fontes narrativas parecem sugerir que os historiadores romanos também tiveram acesso a documentos que listavam não apenas os nomes dos magistrados anuais, mas também a eventos que ocorreram durante seus anos de ofício. Essa suposição é confirmada por Cícero, que nos conta em seu diálogo *Sobre o orador* (2.52) que o estilo confuso e escarneo dos primeiros historiadores romanos foi modelado naquele de uma crônica oficial conhecida como os *Annales maximi*. Esta é uma referência extremamente importante, porque não só explica a estrutura característica que evidentemente está subjacente às narrativas literárias que sobreviveram, mas também identifica um documento oficial que poderia ter fornecido a maior parte, se não tudo, do material arquivístico que elas contêm. Que os *Annales maximi* eram, eles próprios, uma fonte primária para os primeiros historiadores, está implícito no relato de Cícero.

Não é de surpreender que os *Annales maximi* tenham suscitado uma enorme quantidade de discussão entre historiadores de Roma primitiva e a historiografia romana primitiva. Aqui será possível meramente destacar alguns dos principais problemas, e brevemente colocar minha própria posição sobre a questão. As fontes principais sobre a crônica são Cícero, na passagem há pouco referida, e um grupo de textos posteriores, todos os quais derivam, em última análise, do antiquário Verrius Flaccus, sendo o mais importante a passagem de Servius (Aucus), *Eneida* 1.373.

Cícero e Servius deixam claro que os *Annales maximi* eram uma crônica mantida pelo *pontifex maximus*, e que registravam, ano-a-ano, todos os eventos públicos importantes. Cícero nos revela que a crônica recuava ao início da história romana (*ab initio rerum Romanarum*) e continuava até o período de P. Mucius Scaevola, que foi *pontifex maximus* nos anos 120 a.C. Servius diz que cada entrada de ano começava com os nomes dos cônsules e de outros magistrados, que os eventos eram registrados *per singulos dies* (isto é, provavelmente, com uma indicação do dia no qual eles ocorriam), e que a compilação toda ocupava oito livros.

Muitas questões levantam-se em relação a esta crônica, particularmente como era composta e até que ponto recuava. Um detalhe firmemente atestado é que a crônica era intimamente ligada a um quadro branco de informações (*tabula dealbata*) que o *pontifex maximus* colocava na parte externa de sua residência oficial (a *Regia*) para manter o público informado sobre eventos importantes. A interpretação mais plausível deste fato é que, ou o conteúdo da *tabula* era transferido no final de cada ano para um registro permanente (Mommsen denominava isso um *liber annalis*), ou o *pontifex maximus* mantinha um registro contínuo de eventos em forma de livro, mas permitia que fosse copiado na *tabula* algo do livro para o benefício do público. Tal explicação é muito mais provável do que a crença largamente mantida de que o *pontifex maximus* criasse um novo quadro cada ano, e armazenasse os antigos na *Regia*.

Mas, a natureza precisa dos documentos sobre os quais o registro era feito é uma questão secundária; o que importa é que o *pontifex maximus* mantinha algum tipo de crônica, que registrava eventos encabeçados pelos nomes dos magistrados anuais, e que ela recuava a um período muito remoto. Podemos ter certeza disso porque ela registrou um eclipse do sol nas nonas (i. é, no 5º dia) de junho, num ano que Cícero data “por volta de

350 anos após a fundação da cidade”. Acontece que havia um eclipse solar 80% visível de Roma em 21 de junho de 400 a.C. Este fato nos possibilita fazer não só a observação trivial de que o calendário romano era neste período 16 dias incerto em relação ao ano Juliano, mas também a inferência decididamente importante que um registro autêntico deste evento celestial era preservado nos *Annales maximi*.

É certo, portanto, os *Annales maximi* remontam ao séc. V, mas é provável que as entradas mais antigas não fossem muito detalhadas. Para o primeiro século da República, mais ou menos, a crônica provavelmente consistia de uma lista de magistrados anuais com a adição ocasional de eventos que ocorriam durante o seu ano de ofício. Em alguns anos não era registrado nada. Durante o séc. IV, o registro tornou-se mais detalhado, e no último quarto do século tornou-se uma crônica sistemática que continha uma ampla variedade de eventos anuais como um assunto de rotina. Esta era a visão de Mommsen, baseada no padrão que subjaz aos relatos narrativos que sobreviveram. Em outras palavras, o caráter esparso e intermitente das notícias do séc. V e as quantidades crescentes de detalhes rotineiros que aparecem nos últimos livros da primeira década de Tito Lívio podem ser explicados por um aumento na quantidade, e um desenvolvimento na qualidade, das fontes primárias disponíveis aos analistas. Esta é uma dedução inteiramente legítima, e na minha visão é quase certamente correta.

Esta conclusão tem implicações tanto positivas quanto negativas. O aspecto negativo é o fato de que o registro documental do período que vai até c. 350 a.C. é magro e irregular; mas pelo lado positivo, a coisa importante é ter estabelecido que o referencial elementar, ainda que seja esquemático, repousa, de fato, numa sólida base documental. Há boa razão para aceitar a autenticidade de certos tipos de informação “analística”, como relatórios sobre escassez de alimento, construções de templos, incursões hostis pelos equos e volscos, fundações de colônias, a criação de novas tribos, e assim por diante. Como veremos, essas várias categorias de informação podem adquirir substância por argumentos independentes; o que a discussão a seguir demonstra é que a sobrevivência de informação genuína sobre tais assuntos não é totalmente misteriosa. A informação sobrevive porque foi preservada em documentos como os *Annales maximi*.

Não deveríamos esquecer que outros arquivos documentais podem ter existido na Roma republicana. Os colégios de sacerdotes podem ter mantido seus próprios registros, como, de fato, poderiam outras corporações como as cúrias. Os plebeus tinham seu próprio arquivo no templo de Ceres, e sabemos que documentos estatais eram mantidos no *aerarium* no templo de Saturno, no Capitólio, no Tesouro dos Edis, no *Atrium Libertatis*, e em outros locais. Listas de cônsules eram, sem dúvida, mantidas desde um período muito recuado, e não é necessário supor que os *Annales maximi* eram a única fonte para a primeira parte dos *Fasti*. É improvável, entretanto, que ou os *Annales maximi* ou qualquer outro registro sistemático recuasse até o período da realeza; de fato, eles podem nem ter mesmo recuado ao início da República, embora a lista consular provavelmente seja genuína desde o começo. Em todo o caso, podemos inferir das fontes que restaram que os arquivos analísticos estavam disponíveis apenas para a República; a narrativa do período real precedente é muito diferente no caráter e é manifestamente baseada em diferentes tipos de material, a maior parte oral e muito dele legendário.

Entretanto, isso não tem como consequência que toda a história do período da realeza seja fictício. Como veremos, algumas das lendas parecem ter uma base factual, e certos detalhes, particularmente o registro de fundação de templos, são quase certamente genuínos. Além disso, o quadro geral de Roma como uma cidade rica e poderosa sob os reis do séc. VI pode ser confirmada, pelo menos pela evidência arqueológica. É também importante ressaltar que mesmo se não havia registros analísticos regulares que recuassem aos reis, o período real, entretanto, produziu documentos, e pelo menos alguns desses foram preservados. A alfabetização em Roma pode ser datada do séc. VII a.C., e sabemos

que o uso da escrita estendeu-se à esfera pública. Se alguns documentos em papiros ou madeira sobreviveram do período real não se pode saber (mas, por este motivo, isso não deveria ser excluído); em qualquer caso, certos tipos de documento, como tratados, leis, dedicatórias e inscrições em edifícios, eram registrados em materiais permanentes, como pedra e bronze. Alguns desses, sem dúvida, sobreviveram até a República tardia; de fato, um punhado deles ainda existe.

Esses documentos isolados não teriam sido suficientes por si sós para dar aos historiadores um relato conexo do período real, mas deram uma contribuição substancial ao processo de reconstrução histórica. Textos de leis, tratados etc., também sobreviveram do início da República (por exemplo, o tratado de Cartago, o tratado de Spurius Cassius, as XII Tábuas) e citações deles estão entre as peças mais importantes de evidências que possuímos. A idéia, ainda encontrada em alguns trabalhos modernos, de que esses e outros documentos foram forjados na República tardia, é absolutamente infundada. Isso não significa que deveríamos aceitar sem crítica todos os documentos citados em nossas fontes automaticamente. Cada um deve ser tratado com a devida cautela e seu *pedigree* julgado nos seus méritos. Mas o que é bastante inadmissível é a presunção de que todas as citações de, e referências a, documentos arcaicos são falsas até que elas possam ser provadas genuínas. Dado o que sabemos sobre o alcance e usos da escrita na Roma arcaica, o ônus da prova claramente recai nos que desejam negar a autenticidade de um documento público citado em nossas fontes.

7. A confiabilidade da tradição analística

Podemos concluir que as fontes históricas contêm uma boa quantidade de material autêntico concernente à história inicial de Roma antes das Guerras Púnicas. Naturalmente, há distinções que devem ser destacadas entre os diferentes períodos dessa história inicial. A tradição literária sobre o período antes da fundação da cidade é inteiramente legendária. Esta era uma idade pré-alfabetizada, e, portanto, não pode ter sido documentada de nenhuma forma. Era também remota demais para que a tradição oral tivesse qualquer séria oportunidade de sobreviver até os tempos históricos. É importante dizer que as tradições orais sobre as origens de Roma podem dificilmente ter existido antes da formação de uma comunidade política auto-consciente – isto é, antes da formação da cidade. Portanto, é improvável que as lendas do período pré-Rômulo conttenham qualquer vestígio de fato histórico.

O período real, por outro lado, parece ter gerado tanto evidência documental (evidentemente, magra e esporádica) como uma tradição oral que possui alguma relação com o que realmente aconteceu. Mesmo assim, a tradição literária também contém muito material legendário, e precisa ser tratada com extrema cautela. O relato tradicional da República, entretanto, é diferente do da monarquia tanto na sua estrutura formal como na força da sua base documental. Mas, aqui também deveríamos distinguir entre o primeiro século da República, quando o registro é relativamente ralo, e o período do século quarto, com documentação de qualidade crescente, particularmente depois das mudanças de 367 a.C. Finalmente, o período das guerras de conquista (dos anos 330 em diante) é completamente histórico, no sentido de que foi extensamente documentado por registros escritos, por relatos de historiadores gregos, e, talvez o mais importante, por tradição oral de primeira mão, uma vez que estava dentro da memória viva das pessoas que poderiam ter transmitido suas recordações aos primeiros historiadores romanos.

Paradoxalmente, o período de 293 a 264 a.C., que se insere nesse período completamente histórico, é o menos bem documentado do nosso ponto de vista; isto é devido à perda da segunda década de Lívio, o que significa que não sobrevive nenhuma narrativa contínua na íntegra. Deveria ser observado também que, embora o período em

torno de 300 a.C. seja “completamente histórico” no sentido indicado acima, não segue daí que nossas fontes sejam completamente confiáveis. Muito ao contrário! A história greco-romana é diferente da maior parte dos outros campos de estudos históricos precisamente porque muito da importante evidência primária é literária e auto-conscientemente histórica – em outras palavras, o trabalho de historiadores. Em nenhum outro campo da história (exceto a historiografia), tais textos seriam considerados como fontes secundárias por definição. Está na natureza das fontes secundárias que elas oferecem interpretação e conjuntura, que elas tendem a ser parciais, que são frequentemente equivocadas e que, às vezes, são desonestas.

A escrita histórica, que tenta representar eventos reais por meio de narrativa verbal e construir uma história coerente a partir de uma variedade de dados crus mais ou menos tratável, está destinada a ser uma distorção da realidade. Nesse sentido, toda história contém um elemento de ficção – embora a visão de algumas críticas literárias “pós-estruturalistas”, de que aquilo que os historiadores fazem é indistinguível do que fazem os romancistas, seja manifestamente tola. A maneira como um historiador preenche o espaço entre fontes primárias e textos acabados (construídos) depende de convenção. A convenção moderna entre historiadores profissionais é fazer a relação explícita e, o quanto possível, indicar ao leitor como o produto final surge do material da fonte. É posteriormente aceito que o historiador deve, se desafiado, ser capaz de dar suporte a toda e qualquer declaração com a adequada prova. Mas, em outros gêneros (como em romances históricos ou biografias), e na historiografia pré-moderna, há muito mais liberdade de ação; aos escritores é permitido reconstruir, a partir de suas próprias imaginações, os sentimentos, aspirações e motivos de pessoas e grupos, e invocar cenas plausíveis – no campo de batalha, nas ruas, ou no quarto – e mesmo colocar suas próprias palavras na boca das pessoas no drama. Essas convenções eram aceitas sem questionamento na antiguidade, quando a história era, pelo menos em parte, um exercício retórico.

Por essa razão, os relatos históricos, mesmo do passado recente, vieram incluir um maior ou menor grau de reconstrução imaginária, de encenações de batalhas, discursos livremente compostos, e assim por diante. No trabalho de qualquer historiador da antiguidade há sempre uma distinção a ser destacada entre os dados estruturais nos quais ele é baseado e a superestrutura narrativa dentro da qual os dados são recontados, interpretados e explicados. Isso se aplica tanto a um historiador do Principado como a um historiador do período arcaico. Nos relatos que sobreviveram da Roma primitiva, a proporção de material bruto é provavelmente muito pequena em comparação com a quantidade do embelezamento secundário, especialmente num trabalho altamente retórico como o de Dionísio de Halicarnasso. Uma vez que as fontes primárias eram comparativamente magras e difíceis de compreender, e que os analistas não tinham uma compreensão clara de quão diferentes eram as condições do período arcaico em relação àquelas de seu próprio tempo, era inevitável que houvesse uma grande quantidade de incompreensão e distorção inconsciente. Apesar disso, permanece o fato de que nossas fontes, em última análise, realmente dependem de um núcleo sólido de dados autênticos, muitos dos quais são prontamente identificáveis.

A tarefa do historiador moderno é extrair este núcleo e tentar dar-lhe sentido. Alguns elementos, como os *Fasti* consulares e outras notícias analíticas de rotina (por exemplo, a fundação de colônias ou a dedicatória de templos) são claramente identificáveis; outro material, como a agitação popular pela reforma agrária, é mais marginal, e requererá discussão extensa.

8. Os antiquários

Os historiadores modernos, às vezes, parecem supor que nosso conhecimento de Roma primitiva depende exclusivamente do que sobrevive da tradição analítica, e que se

esta tradição não é comprovadamente confiável, todo tema deve situar-se fora do alcance da pesquisa histórica séria. Entretanto, esta abordagem é injustificada, não apenas porque a tradição analística se apóia numa base bastante segura, mas porque a premissa inicial é equivocada. A tradição analística não é a única fonte de informação disponível para nós. Não só estamos ficando cada vez mais dependentes da evidência arqueológica, que incidentalmente empresta apoio considerável ao relato tradicional analítico, como também deveríamos lembrar que as fontes literárias contêm uma grande quantidade de informação sobre Roma primitiva que é independente dos analistas e livre de suas dificuldades reais ou supostas. Esta é a evidência fornecida pelos, assim chamados, antiquários, homens que se devotavam à pesquisa erudita em muitos diferentes aspectos do passado romano.

Dentre a vasta gama de tópicos escolhidos pelos antiquários como objeto de pesquisa, algumas áreas de interesse parecem ter sido especialmente importantes. Essas incluem instituições legais, políticas e militares, monumentos e edifícios, textos arcaicos, cronologia, o calendário, história familiar, cultos religiosos, costumes sociais, arte e tecnologia, vida privada, e um interesse generalizado em língua. Qualquer que fosse o tema particular, os antiquários examinavam quase invariavelmente o significado e as origens de palavras técnicas, nomes de pessoas, de lugares, expressões arcaicas, frases e ditos, fórmulas rituais, terminologia legal, e assim por diante. Às vezes, seus esforços eram dirigidos diretamente para a própria língua, como no trabalho de Varrão *Sobre a Língua Latina*, que sobreviveu em parte. A especulação sobre a etimologia era uma fraqueza particular de Varrão, e permanece até hoje uma maldição de antiquariado amador.

O antiquariado erudito tornou-se uma característica da vida intelectual romana no segundo século a.C., e era, pelo menos, parcialmente inspirado por modelos helenísticos. O primeiro grande expoente foi L. Aelius Stilo, que se dedicou a textos literários, gramática e etimologias; ele escreveu comentários eruditos sobre as XII Tábuas e a *carmen saliare* (o hino ritual dos *Salii*, um colégio arcaico de sacerdotes). Entre outros antiquários notáveis do mesmo período incluem-se C. Sempronius Tuditanus (c. 129 a.C.) e M. Junius Congus 'Gracchanus' (assim chamado por causa de sua amizade com Gaius Gracchus [Caio Graco]), ambos escreveram sobre as origens e poderes dos magistrados. É importante observar que os esforços desses homens marcaram o início de uma divisão entre o antiquariado erudito e a historiografia narrativa que teve consequências duradouras. As duas atividades permaneceram separadas até o século XVIII, e até hoje a fenda ainda não foi sanada completamente.

O maior antiquário romano (e talvez o maior antiquário de todos os tempos) foi M. Terentius Varro (Varrão) (116-27 a.C.), um aluno de Aelius Stilo, um amigo de Pompeu e Cícero, e uma figura pública por si só. Diz-se que este homem surpreendente escreveu 490 livros com a idade de 77 anos (uma outra tradição lhe atribui uma produção total de 620 trabalhos). Sabemos de 55 títulos, mas possui apenas um trabalho completo: o *de re rustica*, um trabalho em três livros sobre agricultura, publicado em 37 a.C. Dos 25 livros do *de língua Latina*, sobraram parcialmente seis. O resto do trabalho da vida de Varrão é representado apenas por citações fragmentárias. Apesar disso, sua influência aparecia em tudo; nas palavras de Nicholas Horsfall, ele pereceu por absorção. Sua organização sistemática de conhecimento forneceu os fundamentos para toda a erudição romana subsequente, e ele era uma fonte indispensável de informação factual para escritores posteriores que se ocupavam de alguma forma com o passado romano. A única exceção significativa é Livio, que juntamente com os outros analistas posteriores não deu qualquer atenção aos achados dos antiquários. Dionísio, por outro lado, fez uso extenso de Varrão, particularmente em seus primeiros livros.

O trabalho mais importante de Varrão foi as *Antiquitates*, dividido entre 25 livros do *Res humanae* e 16 do *Res divinae* (negócios humanos e divinos). O último foi selecionado por apologistas cristãos (especialmente Sto. Agostinho) como um alvo importante em seus

ataques à religião pagã, com a consequência de que sabemos mais sobre elas do que sobre os negócios humanos; é claro, entretanto, que como a obra “negócios divinos” tratava da religião romana, também a “negócios humanos” tratava principalmente de Roma e dos romanos. Cícero, em um notável tributo, diz que a obra fez os romanos sentirem-se estrangeiros em sua própria pátria, mas agora lhes estava sendo indicado o caminho para casa.

Sabemos quem somos e onde estamos; você nos mostrou o passado de nossa pátria, a sequência de eventos, leis rituais e sacerdotais, os costumes tradicionais da vida privada e pública, a posição de áreas geográficas e de lugares particulares, e os nomes, tipos, funções e causas de todas as coisas divinas e humanas. (*Acad.* 1.3.9)

Sto. Agostinho nos conta que o *Res humanae* era dividido em quatro seções de seis livros cada (seguindo um primeiro livro introdutório) sobre ‘pessoas, lugares, tempos e ações’ (*de civitate dei* 6.4); além disso, entretanto, temos pouca informação precisa e poucas citações.

Também não é claro como o *Antiquitates* diferia do trabalho *de vita populi Romani* (*Sobre a Vida do Povo Romano*), escrito alguns anos depois (no final dos anos 40 a.C.). Este era um trabalho em quatro livros sobre o passado social e cultural de Roma. Sua estrutura era grosseiramente cronológica: os primeiros dois livros tratavam do período dos reis e da primeira República e descrevia as instituições e a vida privada (p. ex. comida, bebida, arquitetura doméstica, vestuário) dos primeiros romanos, e punha ênfase em sua austeridade simples. Os últimos livros tratavam das Guerras Púnicas e do final da República e ilustravam a ganância, corrupção e o declínio moral que se instalou desde os primeiros dias. Um segundo volume, o *de gente populi Romani* (*Sobre os Ancestrais do Povo Romano*) tratava das origens remotas da cidade. Ele dava atenção particular à cronologia, um tema que Varrão também tratou em um trabalho chamado *Annales*. Foi Varrão quem estabeleceu o sistema de cronologia romana que, desde então, tornou-se convencional, com a fundação da cidade no ano que chamamos de 753 a.C., os primeiros cônsules em 509, e o saque gaulês em 390 a.C.

As atividades de Varrão tiveram um impacto imediato e fizeram com que os estudos antiquários se tornassem moda em círculos intelectuais. Cornelius, Nepos, Atico, Tarquínio Prisco, Nigidius Figulus e muitos outros fizeram suas tentativas. Até Cícero adotou métodos antiquários em seus últimos diálogos, como Elizabeth Rawson mostrou, indicando que o que lhe faltava em erudição ele compensou pelo uso de seus poderes de argumentação. No período de Augusto, cuja ideologia conservadora de renascimento religioso e regeneração moral teria sido impensável sem Varrão, os estudos antiquários continuaram a florescer. Duas figuras merecem especial atenção. L. Cincius escreveu extensamente sobre antigas construções, sobre palavras arcaicas, sobre antiguidades constitucionais e militares, e sobre o calendário. Pouco sobrevive de sua produção, mas ele é a última fonte de algumas peças de evidência essenciais, especialmente a lei sobre o *praetor maximus* e o relato de como os comandantes eram indicados para as forças da Liga Latina. A outra grande figura é Verrius Flaccus, que é importante por causa de sua enorme influência, e porque algo de seu trabalho sobrevive para que leiamos, mesmo que somente em segunda mão.

M. Verrius Flaccus era um escravo liberto que se tornou tutor dos netos de Augusto. Seu trabalho mais importante foi um dicionário intitulado *de verborum significatu* (*Sobre o Significado de Palavras*), que tratava alfabeticamente não somente da língua latina, mas também das antiguidades romanas em geral. Este grande trabalho não sobreviveu, mas possuímos parte de um resumo feito no final do séc. II d.C. por Sex Pompeius Festus, e organizado em vinte livros. O único manuscrito sobrevivente do resumo de Festus, um

codex do séc. XI, foi severamente danificado pelo fogo no séc. XV. Somente a segunda metade foi preservada (do final do M em diante) em um estado imperfeito; algumas das entradas estão severamente mutiladas. Essas falhas, e as entradas na primeira metade do alfabeto podem ser parcialmente reconstruídas com a ajuda de um epítome, feito no séc. IX por Paulo o Diácono, e outros glossários medievais considerados como tendo sido baseados em Festus.

O resultado, uma combinação Paulo-Festus com adições ocasionais, é uma confusão; mas esta lamentável compilação nos fornece centenas de preciosas pepitas de informação reproduzidas mais ou menos fielmente do texto original de Verrius Flaccus. Verrius, por sua vez valeu-se de Varrão, Catão, Aelius Stilo, Cincius, e muitos outros, assim como de sua pesquisa de primeira mão, para produzir um trabalho inestimável de referência cuja importância é evidente mesmo no presente estado infeliz do texto. Festus (Paulo) é para nós uma das mais importantes fontes na história das primeiras instituições romanas, e será referido constantemente através deste livro.

Varrão, Verrius Flaccus e os outros antiquários do final da República e início do Império, forneceram os materiais primários para estudiosos posteriores cujo trabalho sobrevive para lermos. Eles também tiveram influência considerável sobre a poesia romana. A tradição grega de verso erudito, associada especialmente com o nome de Calímaco, foi absorvida pelos poetas latinos, especialmente os “poetas novos” do final da República; no período de Augusto eles começaram a dirigir sua erudição para a antiguidade romana. O exemplo mais bem conhecido é a *Eneida* de Virgílio, que incorpora muita informação antiquária (principalmente de Varrão) na seção sobre as aventuras de Enéias na Itália (livros 7-12). Um outro exemplo são os *Fasti* de Ovídio, um relato poético do calendário romano, que cobre os primeiros seis meses do ano (o resto nunca foi escrito). A obra inclui muita informação histórica, pois relata eventos famosos que ocorreram em certos dias (por exemplo, o massacre dos Fábios em Cremera em 13 de fevereiro – *Fasti* 2.193-242), e é uma das principais fontes de nosso conhecimento da religião romana primitiva. O relato de Ovídio sobre os festivais, embora apresentado com considerável licença poética como o produto de observação e pesquisa de primeira mão, deriva de fontes antiquárias, particularmente de Verrius Flaccus, que escreveu um comentário em prosa do calendário, e das *Antiguidades* de Varrão, que tratava dos festivais no livro oito do *Res divinae*.

No período imperial a tradição antiquária continuou, mas tendeu cada vez mais em degenerar em compilação, sumarizar e fazer excertos de trabalhos mais antigos, em vez de nova pesquisa criativa. Mas, as produções secundárias desse período fornecem nossos mais importantes textos que sobreviveram. Aparte Festus, os protagonistas nesta história são Plínio o Velho, Plutarco, Aulus Gellius, Macróbio e os comentadores de Virgílio.

Plínio o Velho (A.D. 23/4-79) era um eclético, agora conhecido através de seu trabalho que sobreviveu, a *História Natural*. Este estudo enciclopédico, em 37 livros, trata de geografia, zoologia, botânica, mineralogia, arte e tecnologia, mas toca em toda forma de temas associados no decorrer de sua obra. O trabalho é inteiramente derivativo, e pesquisa em centenas de fontes, que estão elencadas no livro 1; é também carente de profundidade e, não raro, descuidado. Não obstante, ele frequentemente proporciona informações que de outra maneira seriam completamente desconhecidas, e algumas delas concernem às antiguidades de Roma primitiva, cujas fontes principais parecem ter sido Varrão e Verrius Flaccus.

Os dois eram também as principais fontes para o encantador ensaio de Plutarco, o “Questões Romanas”, uma peça literária que expressa, talvez mais diretamente do que nenhum outro texto que sobreviveu, a sensação do antiquariado romano. O trabalho consiste de 113 pequenos ensaios sobre costumes estranhos romanos, cada um encabeçado por uma questão como “Por que não era permitido aos patrícios viver no Capitólio?” (nº

91), ou “Por que se dão os nomes aos meninos quando têm nove dias de idade, mas às meninas quando têm oito dias?” (nº 102). Varrão é citado frequentemente; Verrius Flaccus, embora não mencionado por nome, era usado provavelmente, uma vez que quarenta dessas questões tratam de temas tratados no dicionário de Verrius. Um outro ensaísta cujo tema de pesquisa incluiu antiguidades romanas foi Aulus Gellius, seu trabalho *Noites Áticas* (escrito no reinado de Marco Aurélio, 161-180 AD) contém numerosas citações de documentos antigos romanos (p. ex., as XII Tábuas) e textos literários. Muitos ensaios tratam do antigo direito romano, história e instituições e preservam informações de extrema importância retiradas de antigas fontes.

No Império tardio, os estudos antiquários faziam parte do chamado “renascimento pagão”; para os intelectuais deste movimento, no final do séc. IV, o estudo de antigos textos e a coleta de instituições tradicionais eram tão importantes quanto a observação de cultos pagãos. O trabalho que mais claramente representa esta atitude é a *Saturnalia* de Macróbio, um diálogo imaginário (moldado na *de re publica* de Cícero) colocado no festival da Saturnália, em 384, provavelmente, mas escrito no início do séc. V a.C. A discussão abrange uma variedade de tópicos, mas está focalizada na crítica erudita de Virgílio. Ela é rica de citações de fontes históricas e antiquárias e frequentemente preserva informações importantes sobre a idade arcaica de Roma.

A tradição da crítica de Virgílio começou quase imediatamente depois da morte do poeta, em 19 a.C. O trabalho mais importante representativo dessa tradição que sobreviveu é o comentário do século quarto atribuído a Sérvio (um estudioso que Macróbio menciona entre os presentes na Saturnália). Esta peça está preservada em duas versões: um comentário escrito pelo próprio Sérvio e uma versão muito mais longa e ligeiramente alterada conhecida como *Servius autus* (“Sérvio ampliado”), que foi juntada provavelmente nos séculos VII-VIII d.C. As adições extremamente eruditas e bem informadas são quase certamente retiradas de um comentário de Donatus – que, de outra forma, estaria perdido – um estudioso do século quarto, a quem, pensa-se, Sérvio tenha seguido. Os comentários de Virgílio são um rico acervo de informação sobre Roma primitiva, baseado em todo o tipo de fontes. Varrão e Verrius Flaccus são naturalmente proeminentes, mas há inúmeras referências a antigos antiquários e historiadores. Muitos dos fragmentos das *Origens* de Catão, por exemplo, vêm de comentários de Virgílio, e são uma fonte importante de citações de Ênio.

Pareceu necessário delinear o trabalho dos antiquários desta maneira por várias razões. A primeira é para introduzir os leitores a um importante grupo de textos que raramente são considerados dignos de uma séria atenção por si sós. A segunda, porque eles tendem a ser ignorados em discussões das fontes para a história de Roma primitiva, mesmo em trabalhos neles baseados fortemente. Para muitos estudiosos modernos, como notamos anteriormente, a tradição literária significa analistas. É verdade que os analistas provêm o referencial narrativo essencial, mas somente os antiquários nos dão alguma idéia sobre o que serviu de base para este referencial. Se não fossem os antiquários, não saberíamos nada sobre, por exemplo, as canções dos banquetes ou os *Annales maximi*. Nosso conhecimento de instituições romanas, costumes, monumentos, e assim por diante, é incomensuravelmente enriquecido por fontes antiquárias; sem elas, teríamos uma imagem de Roma arcaica muito diferente e muito reduzida.

O mesmo é verdade para as lendas. Tomemos a história da própria fundação. Livio nos dá um relato direto da saga familiar, de Enéias a Rômulo. Ele ocasionalmente nota que havia versões diferentes de certos detalhes. Mas se examinamos o que os antiquários têm a dizer, descobrimos uma variedade extraordinária de histórias; graças às fontes antiquárias, sabemos mais de vinte e cinco versões distintas da história como um todo, muitas das quais não contêm qualquer referência ou a Enéias ou a Rômulo. Os antiquários, em outras palavras, mudam completamente a imagem.

O exemplo da lenda da fundação ilustra um outro ponto importante, ou seja, o que os antiquários nos contam não deve necessariamente ser considerado mais histórico do que os analistas nos contam. Por mais eruditos que eles tenham sido, os antiquários eram, não raro, crédulos e superficiais (como atestam tão amplamente suas etimologias) e não possuíam aquele tipo de perícia e expertise que um estudioso moderno teria para aplicar a uma inscrição ou a um monumento. Todavia, os materiais sobre os quais trabalhavam eram genuínos o suficiente. Alguns livros modernos dão a impressão de que, no final da República, muito pouco sobreviveu do passado da antiga cidade. Esta visão absurda é o oposto exato da verdade. A quantidade de evidência disponível a qualquer um que desejasse investigar o período arcaico no final da República era simplesmente esmagadora. Por mais pobremente que tenham entendido o que acharam, os antiquários são importantes porque eles podem colocar-nos diretamente em contato com incontáveis vestígios genuínos de um passado esquecido que está, quase por definição, faltando nas narrativas elaboradas dos analistas.

9. As fontes e métodos dos antiquários

A evidência estudada pelos antiquários era muito mais abundante do que a documentação, admitidamente escassa, que teria sido disponível, mesmo na mais otimista das interpretações, aos historiadores. Isso porque, diferentemente dos historiadores, eles não se limitavam ao material relacionado a eventos políticos e militares. Textos religiosos (como os *carmen saliare*, os calendários e livros de procedimentos dos colégios de sacerdotes), inscrições em edifícios, dedicatórias, documentos privados e textos legais – todos eram grãos para o moinho do antiquário. Por exemplo, eram os antiquários, mais do que os historiadores, que estudavam as XII Tábuas, e observaram, muito corretamente, que elas forneciam evidência não só sobre o direito romano primitivo, mas sobre todo os tipos de realidades sociais e culturais. Cícero, por exemplo, percebeu que as regulamentações nas Tábuas traziam evidência para as primitivas práticas de enterramento romanas.

Separado dos documentos, havia muitas memórias físicas do passado da antiga cidade nos edifícios, monumentos e outras relíquias que cercavam os romanos em todos os lados. Admite-se, às vezes, que pouco poderia ter sobrevivido do período anterior a 390 a.C. porque neste ano a cidade foi saqueada pelos gauleses, que destruíram tudo, incluindo todos os documentos. De fato, os analistas usaram o saque gaulês como uma causa da exiguidade de documentação para os primeiros séculos (Lívio 6.1.2; Plutarco, *Numa* 1.1). Esta explicação, entretanto, não resiste a um escrutínio. Como veremos (cf. p. 18), os efeitos do saque em nenhum lugar foi próximo da devastação que Lívio avista. Edifícios importantes, nos quais se sabe que os documentos eram mantidos (incluindo a Regia, o templo de Saturno e o Capitólio) sobreviveram ao ataque intactos, e sabemos que muitos documentos importantes, para não falar dos edifícios e monumentos, de fato, escaparam. De qualquer forma, é improvável que as autoridades romanas, que foram cuidadosas para enviar as virgens vestais para Ceres, não tenham tomado precauções similares para proteger seus arquivos quando ouviram notícias sobre o ataque iminente dos gauleses.

A topografia da cidade era central no estudo dos antiquários (testemunha o tributo de Cícero a Varrão, citado acima) e constitui um importante foco da pesquisa moderna. Os romanos tinham uma reverência imensa por antigos edifícios e preservaram sua localização em forma fossilizada, até muito depois de que seu propósito original, se houvesse algum, tivesse sido esquecido. A disposição física de Roma arcaica pode, portanto, ser ‘lida’ no plano monumental da cidade histórica, que, assim, forma uma espécie de documento nacional.

Muitos outros estudos persistiram em uma forma similarmente abstrata. Eles incluíam instituições, costumes e práticas que os romanos herdaram de seus ancestrais, e

às quais davam grande valor precisamente por causa de sua antiguidade. Sua ideologia conscientemente tradicionalista fez de Roma uma espécie de museu vivo, no qual o passado estava continuamente em exposição. Isso pode ser surpreendente em uma sociedade que no decorrer da República evoluiu de uma cidade-estado pequena para um império mundial e mostrou uma notável capacidade para inovação e para flexibilidade em adaptar-se a mudanças. A explicação para este paradoxo não é apenas que os romanos eram hábeis em reter a forma de instituições enquanto mudavam sua substância (o melhor exemplo foi a República restaurada do imperador Augusto); eles também preferiam deixar estruturas existentes intocadas mais do que reformá-las, e simplesmente sobrepor novas onde necessário. Sua abordagem não era diferente da de uma dona de casa que constantemente compra novos eletrodomésticos de cozinha, mas não consegue jogar fora os velhos. A consequência é que a cozinha fica abarrotada de utensílios fora de moda e redundantes. A vida pública romana era tal qual uma cozinha, mas os romanos não pareciam dar importância. Eles acharam os novos recursos eficientes, e também gostavam do abarrotamento, que veio a parecer pitoresco e até mesmo decorativo.

Um bom exemplo é o sistema desordenadamente complexo das assembleias populares romanas. A *comitia centuriata* e a *comitia tributa* (ver p. 179 e 265) não substituíram a *comitia curiata*; esta assembleia arcaica conservou uma existência fantasmagórica, e continuava a reunir-se, até o final da República. Embora os principais magistrados fossem eleitos pela *comitia centuriata*, eles ainda tinham que se submeter a um segundo voto pela *comitia curiata*, a qual, assim, conferia, ou confirmava seus poderes formais (os estudiosos discordam sobre qual das duas coisas). A *lex curiata de imperio* tem sido muito discutida, e desde o século XVI considera-se que ela tivesse a chave para a compreensão da constituição romana e o conceito de *imperium*. A idéia de que haja alguma espécie de essência mística na noção de *imperium*, que pode ser desvendada por um estudo dessas formalidades obsoletas, poderia chocar o leitor moderno como improvável, para não dizer, absurda; mas pode não haver objeção à abordagem mais obstinada dos antiquários romanos, que deduziram que a *comitia curiata* e a *lex curiata de imperio* eram relíquias da monarquia romana, e que carregavam informações sobre a natureza da realeza romana. Nisso estavam, sem dúvida, corretos.

A segunda área na qual os documentos sobreviventes fornecem evidência inestimável é a religião. Nenhuma esfera da vida romana ilustra tão bem a combinação paradoxal de inovação e conservação como a religião. Os romanos eram notoriamente conservadores na forma como mantinham antigas práticas de culto, e eram meticolosos na execução dos atos rituais na maneira como prescrita pela tradição. Ao mesmo tempo, uma característica notável da religião romana era o hábito de introduzir continuamente novas (usualmente estrangeiras) divindades e práticas de culto, particularmente do mundo grego. Esta era uma característica inerente, cuja trajetória pode ser traçada desde os tempos mais primitivos. A idéia de que o influxo de cultos estrangeiros fosse um desenvolvimento relativamente tardio, um sintoma da deterioração e contaminação do culto nativo original, não pode mais ser sustentada.

Não se passava, entretanto, como no caso de instituições políticas, os cultos antigos não eram substituídos por novos, mas continuavam a existir como anteriormente. O resultado era uma proliferação de um grande número, e de uma confusa variedade, de cultos, festivais e cerimônias, que continuavam a ser observados no período clássico, ainda que muitos deles fossem obscuros e misteriosos (e talvez sempre tenham sido). Que os procedimentos regulares da religião romana preservaram informação histórica era tão óbvio para os antiquários como o é para nós. As explicações históricas oferecidas em nossas fontes podem muito bem ser arbitrárias ou absurdas, e, de fato, muitas delas são, mas isso não significa que os antigos costumes não possam ser explicados historicamente, ou que devêssemos desistir de tentar interpretar a mesma evidência. Um exemplo muito

conhecido de como os rituais podem fazer render informação histórica é o uso de festivais como o Lupercália, o Septimontium e o Ambarvália para reconstruir a topografia dos primeiros assentamentos de Roma em vários estágios e a extensão de seus limites territoriais.

10. A evidência arqueológica

Deixar a evidência arqueológica por último é um convite ao tipo de crítica que se tornou famosa nas bodas de Caná. De fato, há uma maneira de pensar, segundo a qual, a evidência arqueológica seja a mais disponível. A arqueologia produz vestígios tangíveis de sociedades passadas e pode pôr-nos diretamente em contato com os fatos materiais de sua existência diária. Os achados arqueológicos fornecem os únicos dados primários que temos para a história primitiva de Roma; não há documentos contemporâneos além das inscrições, que, embora importantes, são breves e poucas em número, e são, elas mesmas, produtos de escavações. A importância da arqueologia para este período não deve ser super-enfatizada, mesmo quando se leva em conta a gama limitada e a quantidade de material correntemente disponível e os imensos problemas de interpretação que ele apresenta.

A arqueologia é também a única fonte de que se pode, razoavelmente, esperar que forneça informação nova. Até agora ela tem tido um impacto tremendo sobre o tema, que foi completamente transformado, não apenas desde os tempos de Niebuhr, Lewis e Schwegler, que basearam seus relatos (escritos na primeira metade do século XIX) exclusivamente em fontes literárias, mas mesmo desde o período de Gjerstad, que nas décadas de 1950 e 1960 produziu uma síntese abrangente de toda a evidência arqueológica então disponível do sítio de Roma. Gjerstad não apenas trabalhou com achados recentes, mas também apresentou todo o material de escavações realizadas na cidade desde 1870, inclusive as campanhas do Fórum, de importância crucial, dirigidas por Giacomo Boni entre 1898 e 1905. Mas, os volumes de Gjerstad, pretendidos como definitivos, não marcaram um fim, mas o começo, de uma revolução moderna na arqueologia de Roma primitiva.

Novas escavações dentro e nos arredores da cidade (frequentemente necessárias pelo rápido desenvolvimento urbano) e o uso de abordagens e técnicas modernas, alteraram radicalmente nosso conhecimento da Roma e do Lácio primitivos, desde os anos 1960. A evidência agora disponível nos permite traçar o desenvolvimento das comunidades da Idade do Ferro, desde c. 900 a.C., até o surgimento das cidades-estados urbanizadas nos sécs. VII e VI a.C. Os detalhes do processo podem ser documentados de uma forma nem mesmo sonhada há 25 anos atrás.⁶ Nosso conhecimento do período arcaico (especialmente o final do séc. VI e início do V a.C.) foi também transformado por novas descobertas sensacionais, não só na própria Roma, mas em outros sítios também, como em Lavínio, (Pratica di Mare), Ardea e Satricum. O trabalho arqueológico está em andamento e mais descobertas podem ser esperadas no futuro.

Um fato significativo sobre a evidência arqueológica do Lácio é que o grande volume dela vem de contextos funerários. As escavações mais importantes foram de sítios cemitérios, e a maior parte dos artefatos foi achada em sepulturas. Os cemitérios são proeminentes não porque os arqueólogos são mórbidos por natureza, mas por causa do fato notável, comum nas sociedades antigas, de enterrar bens com os mortos. A maioria dos artefatos que estudamos sobreviveram porque eram deliberadamente depositados em tumbas seladas, que permaneceram intactas até que fossem desenterradas pelos arqueólogos (ou ladrões de tumbas). Além disso, as sepulturas representam ‘depósitos de

⁶ Sendo esta publicação de 1995, o autor refere-se aos anos finais da década de 1960.

achados fechados'; isto é, os artefatos que elas contêm foram enterrados todos juntos num só momento, e são, portanto, contemporâneos. Quando um número de sepulturas é escavado no mesmo cemitério, o arqueólogo pode comparar os vários grupos de artefatos e ordená-los em sequência; isto torna possível estabelecer a cronologia relativa e é a base de toda a datação arqueológica. As datas absolutas podem ser fornecidas para todo o esquema por sepulturas que contêm objetos (usualmente importações estrangeiras) que podem ser datados independentemente.

Os cemitérios do Lácio fornecem evidência para o período que vai até cerca de 580 a.C., mas não depois disso. Este hiato curioso apresenta um problema que será discutido mais completamente no lugar relevante (cf. p 105). Aqui é suficiente notar a mudança de foco da pesquisa arqueológica de cemitérios para santuários, que provêm a maioria das evidências para o período arcaico subsequente. O material de santuários é essencialmente de dois tipos. Em primeiro lugar os traços de edifícios sagrados monumentais ('templos'), consistindo não só de fundações, blocos de construção e telhas, mas também de esculturas de terracota. Algumas delas eram puramente decorativas e incluíam estátuas ao redor que adornavam a viga principal do telhado (essas estátuas do telhado eram chamadas *acroteria*) como também esculturas em relevos no frontão; enquanto outras eram também funcionais e serviam para proteger as madeiras expostas. Beirais e vigas que se projetavam eram encaixados em uma variedade de antefixos, gárgulas e placas de revestimento, enquanto as arquitraves eram cobertas por frisos, todos elaboradamente moldados e decorados com pintura colorida e brilhante.

Essas terracotas arquitetônicas constituem um importante corpo de material diagnóstico que pode ser analisado e classificado em termos de estilo, iconografia, proveniência e datação. Elas têm sido intensivamente estudadas, com resultados valiosos. É evidente que o material das mesmas oficinas encontrou seu caminho para sítios por toda a Itália central, inclusive a Etrúria meridional (mas, é enganoso descrevê-lo como 'etrusco' – cf. p. 154). Achados de terracotas arquitetônicas moldadas não precisam ser associados com santuários (embora eles frequentemente o sejam); é claro agora que elas eram adequadas a todos os tipos de edifícios públicos e também às residências privadas mais luxuosas. De alguma forma, isso não é surpreendente, dado o propósito funcional dos revestimentos de terracota.

Os santuários também são documentados por material de 'depósitos votivos'. Esses são coleções de artefatos, comumente achados em sítios de santuários, os quais parecem ter sido deliberadamente enterrados e selados na antiguidade. Para uma explicação podemos retornar aos antiquários romanos (aonde mais?). Varrão (citado por A. Gellius, 2.10) nos conta que era costume colocar em cavidades subterrâneas (em latim, *favisae*) pedaços velhos de esculturas que tinham caído de templos junto com outras oferendas votivas que tinham sido consagradas no santuário. De acordo com Verrius Flaccus (Paul.-Fest. s.v. 'favisae', p. 78 L), era uma forma de dispor de itens sagrados que tinham sobrevivido à sua utilidade. Em qualquer evento, essas coleções de objetos votivos representam um outro tipo de depósitos de achados fechados e seu conteúdo nos fornece evidência valiosa. Em muitos casos, eles provam que os santuários nos quais foram encontrados haviam sido centros de atividade de culto muito antes da primeira evidência de qualquer construção de templo.

A evidência mostra que a idade de ouro dos santuários arcaicos monumentais durou cerca de um século a partir de 580 a.C. Nenhum edifício templar ou grupo de terracotas arquitetônicas pode ser datado muito depois do primeiro quartel do séc. V a.C. (embora depósitos votivos indiquem que a atividade de culto continuou). Esta é uma descoberta notável porque coincide tão precisamente com a evidência das fontes literárias. Não é simplesmente que uma longa série de dedicatórias de templos registradas tenha terminado em 484 a.C. (cf. p. 266); é também impressionante que as fontes literárias colocassem tanta

ênfase nos eventos em torno da fundação, construção e dedicatória dos templos e santuários no período em questão. Neste ponto – a importância dos santuários monumentais na vida política, econômica e cultural de Roma arcaica – os dois tipos de evidência coincidem de uma forma notável. Esta observação geral, que será analisada em detalhe nos capítulos que se seguem, é, tomada isoladamente, o argumento mais forte em favor de uma abordagem conservadora à tradição literária.

Tumbas, edifícios sagrados, depósitos votivos – estes formam o foco tradicional da arqueologia italiana, e tendem a dar a ela uma aparência fora de moda e baseada no artefato. Mas as décadas recentes também têm visto grandes avanços na aplicação de novas técnicas como a prospecção de superfície (pioneira na Etrúria meridional, realizada pela Escola Britânica em Roma) e a investigação de assentamentos. Essas novas abordagens estão agora começando a colher evidência histórica valiosa.

É importante lembrar que a função da arqueologia é prover evidência histórica. Isso pode parecer um ponto de vista um tanto antiquado, e talvez precise esclarecimento. Não significa implicar que a arqueologia deveria ser subordinada ao estudo de textos, e ser apenas chamada quando contribui com a narrativa tradicional, menos ainda que deva ser relegada a notas de rodapé em apêndices sobre ‘vida cotidiana’ ou artes. O ponto é que a história, se não é para ser confinada a um estudo de reis e batalhas, deve incluir estas áreas de vida e cultura que são iluminadas por evidência arqueológica. E, por sinal, deve ser reconhecido que as questões que concernem aos melhores arqueólogos modernos – a organização de assentamentos, padrões demográficos, processos de produção, de troca e culturais – são questões históricas.

Historiadores e arqueólogos estão, portanto, engajados na mesma atividade, mas usando métodos diferentes. Segue-se que fontes escritas, se disponíveis, não podem e não deveriam ser ignoradas pelos arqueólogos, da mesma forma como historiadores não podem evitar a evidência arqueológica. Tentar escrever uma história ‘puramente arqueológica’ é enganoso. O problema é que a evidência arqueológica e a evidência textual provêm as respostas a tipos de questões muito diferentes, e combiná-las é efetivamente muitíssimo difícil.

À primeira vista, isto poderia parecer surpreendente. A evidência arqueológica oferece um corpo de material que é inteiramente independente dos dados fornecidos por fontes escritas. Poderia, portanto, parecer ser uma questão simples comparar as duas e usar a primeira como um controle independente sobre a última. Infelizmente, a situação não é tão simples. Isso porque os dois corpos de dados representam diferentes tipos de realidade, e devem ser ordenados e interpretados, de acordo com suas próprias regras. No nível mais básico, os dados arqueológicos consistem de pedaços de material tangível – pedras, cerâmicas, metais e matéria orgânica. Mesmo a classificação mais básica deste material em categorias, como telhas, potes, moedas e armas, para não falar de tais abstrações como ‘cidades’ ou ‘santuários’, já é um ato de interpretação secundária. Quando as fontes escritas são disponíveis, é inevitável e perfeitamente apropriado que elas devam ser usadas para assistir na empresa de interpretação. Quando um arqueólogo encontra um vaso ‘grego’, ou desenterra uma cidade ‘etrusca’, ele ou ela está introduzindo categorias que são derivadas, no fundo, de fontes escritas.

A maior parte de ‘fatos’ arqueológicos resulta ser uma mistura complexa de dados primários e interpretação secundária. Por esta razão é importante exercer extrema cautela quando argumentar que algum aspecto da tradição literária é ‘confirmado’ pela evidência arqueológica. A relação é frequentemente inversa. Isto é, a tradição literária está sendo usada para interpretar os dados arqueológicos. Um bom exemplo é a tradição sobre as sabinas. De acordo com a história, a população de Roma primitiva incluía um elemento substancial de sabinos (que havia sido integrado com os seguidores de Rômulo depois do rapto das mulheres sabinas). Pensava-se (e ainda se encontra esta idéia em muitos livros)

que a tradição tinha sido confirmada pela escavação das sepulturas no Fórum romano, as quais consistiam de uma mistura de cremações e inumações. Isso foi considerado como indicação da presença de dois grupos étnicos distintos, um dos quais foi identificado com as sabinas.

A linha de argumentação é reveladora. Os dois tipos de sepultamento provavelmente deveriam ter sido tomados para indicar dois grupos étnicos diferentes mesmo sem a tradição literária; no início do século XX, tais interpretações étnicas estavam na moda. Mas, a evidência arqueológica, por si só, de forma alguma justifica a identificação de qualquer conjunto de sepulturas como ‘sabinas’. O que claramente aconteceu foi que os arqueólogos usaram a lenda das sabinas na Roma primitiva para ajudá-los a interpretar a evidência arqueológica. Quase todas as ‘confirmações’ arqueológicas são circulares neste sentido, e muitas são igualmente ilusórias. A descoberta recentemente comunicada de um muro, talvez datando do séc. VIII a.C., nas encostas nordeste do Palatino, poderia concebivelmente indicar que ele fizesse parte do sistema de fortificação de um primitivo assentamento nesta colina; mas isto não confirma qualquer tradição antiga, nem faz Rômulo menos legendário – da mesma forma como achados de cerâmica da Idade do Bronze não podem provar a realidade de Enéias ou Evandro. Esses exemplos apenas servem para provar a verdade do antigo ditado, que, se você faz uma pergunta tola, você recebe uma resposta tola.

Jacques Poucet, numa excelente discussão sobre esta questão, define a situação como segue:

Os historiadores deveriam ter muito cuidado quando apelam à arqueologia para ‘confirmar a tradição’ (para usar a frase tradicional). Falando amplamente, há duas situações, que precisam ser cuidadosamente distinguidas. Em numerosos casos, a arqueologia provê apenas vagas indicações que são capazes de várias interpretações possíveis, uma delas concordando com a tradição. Em nome da sanidade, não se pode falar em tais casos de confirmação de tradição. A situação é inteiramente diferente no caso de uma série ou sistema organizado de dados arqueológicos que, independentemente da tradição, sugerem fortemente, de fato, afirmam, uma situação distinta que pode ser tomada ou para fortalecer, ou enfraquecer, o relato tradicional. É somente no segundo caso que a arqueologia pode ser legitimamente invocada como um argumento a favor ou contra a tradição. Não tenhamos ilusões: frequentemente a imagem arqueológica será neutra e não permitirá nenhuma conclusão de uma forma ou de outra.⁷

⁷ J. Poucet, *Les origines de Rome: tradition et histoire*, Brussels 1985: 125.